



**MUNICÍPIO DE TAQUARAL**

**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CNPJ/MF 01.610.390/0001-84**



**LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 25 DE ABRIL DE 2018.**

“Altera a Lei Municipal nº 39, de 31 de dezembro de 1997”.

**LAÉRCIO VICENTE SCARAMAL**, Prefeito do Município de Taquaral, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

**Art. 1º** – Fica alterado o artigo 177 da Lei nº 39, de 31 de dezembro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:

***Artigo 177** – A advertência será aplicada por escrito nos casos de violação das proibições constantes de todos os incisos do artigo 171 e de inobservância do dever funcional.*

**Art. 2º** – Fica alterado o artigo 178 da Lei nº 39, de 31 de dezembro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:

***Artigo 178** – A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de reincidência em infração sujeita à pena de advertência.*

**Art. 3º** – Fica alterado o artigo 180 da Lei nº 39, de 31 de dezembro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:





*Artigo 180 – As penalidades de advertência, repreensão e suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 12 (doze) meses, 3 (três) anos e 5 (cinco) anos, respectivamente, se o funcionário não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.*

**Art. 4º** – O artigo 178 da Lei nº 39, de 31 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

*“Parágrafo Único – Excepcionalmente e apenas nos casos de violação à proibição constante do artigo 171, inciso XXVI, a aplicação da penalidade de repreensão somente ocorrerá após o cometimento de 3 (três) violações à mencionada infração disciplinar.”*

**Art. 5º** – A Lei nº 39, de 31 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, incisos e parágrafos:

*“Artigo 194-A - Detectada a qualquer tempo infração funcional, que caracterize pena de advertência ou repreensão, a administração adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:”*

*I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;*





*II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;*

*III - julgamento.*

*§1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome do servidor, e a materialidade pela descrição dos fatos ocorridos.*

*§2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 198, 201 e 203.*

*§3º - Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos e remeterá o processo à autoridade instauradora, ou seja, o Chefe do Poder Executivo Municipal, para julgamento.*

*§4º - No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, o Chefe do Poder Executivo Municipal, proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no §Único do art. 194.*





*§5º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.*

*§6º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos V desta Lei.*

**Art. 6º** - O artigo 149 da Lei nº 39, de 31 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

**Artigo 149** – *Será concedida gratificação:*

*I – (...);*

*II – (...);*

*III – (...);*

*IV – (...);*

*V – (...);*

*VI – (...);*

*VII – pela participação em comissão permanente de processo administrativo disciplinar;*

**Art. 7º** - A Lei nº 39, de 31 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescida da seguinte subseção, artigo e parágrafo único:





**SUBSEÇÃO VII**

**DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO  
PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR.**

**ARTIGO 161-A** – Ao servidor público designado para participar de Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Município de Taquaral, com a finalidade de apurar irregularidades no serviço público, conduzindo, para tanto, sindicâncias e processos disciplinares em face de seus servidores, será concedida gratificação em percentual equivalente a 20% (vinte) por cento da referência 1, a que se refere o Anexo VII, da Lei Complementar nº 05, de 24 de setembro de 2015.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A gratificação será devida em valor único e mensal, independentemente de quantos processos administrativos disciplinares os membros da comissão participarem.

**Art. 8º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Taquaral, 25 de abril de 2018.

**LAÉRCIO VICENTE SCARAMAL**  
**Prefeito Municipal**